

SUMÁRIO

..... 2

COMANDO DA MADRUGADA PMPB

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1.) Assinale a afirmativa verdadeira, no tocante ao tipo penal de abuso de autoridade previsto na Lei nº 13.869/2019.

- A) Trata-se de crime de ação penal pública condicionada.
- B) Agentes públicos da administração pública indireta não podem figurar como sujeito ativo do delito.
- C) A Lei nº 13.869/2019 não admite a aplicação de penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade.
- D) Dentre os possíveis sujeitos ativos encontram-se membros das Forças Armadas, do Poder Legislativo, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, bem como dos tribunais de contas.
- E) O ato de identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura não constitui hipótese de abuso de autoridade nos moldes da Lei nº 13.869/2019.

2.) Jeferson foi preso por estar comercializando substâncias entorpecentes de uso proibido. Na ocasião, entendeu que um, entre os diversos policiais militares que participaram da prisão, tinha se excedido. Por essa razão, solicitou que esse policial se identificasse, de modo que pudesse adotar as medidas legais que entendesse cabíveis na espécie. O policial, no entanto, negou a identificação solicitada. Nesse caso, a negativa de identificação do policial foi

- A) incorreta, configurando a prática de crime.
- B) correta, considerando a necessidade de resguardar sua segurança.
- C) correta, se amparada em orientação formal do seu comandante.
- D) incorreta, podendo acarretar apenas a responsabilização administrativa do policial, não a criminal.
- E) correta, considerando que a prisão, por força do princípio da impessoalidade, é sempre atribuída à polícia militar.

3.) Joel é servidor da guarda municipal do Município Delta e no exercício de suas atribuições praticou ato tipificado como crime de abuso de autoridade. Em razão disso, foi instaurado o respectivo processo administrativo disciplinar, após o que foi recebida a denúncia pelo aludido crime pelos mesmos fatos. O processo administrativo seguiu tramitando e culminou na aplicação da pena de demissão. Após a aplicação da penalidade administrativo-disciplinar, o juízo criminal absolveu Joel por reconhecer que ele estava em legítima defesa.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- A) o recebimento da denúncia em face de Joel deveria ter suspenso o processo administrativo disciplinar até decisão final de mérito acerca do delito;
- B) o processo administrativo não deveria ter sido instaurado antes do pronunciamento do juízo criminal acerca dos fatos imputados a Joel;
- C) a sentença penal que absolveu Joel não pode repercutir na esfera administrativo-disciplinar, na medida em que não reconheceu a inexistência de autoria;
- D) o reconhecimento criminal de que Joel estava em legítima defesa faz coisa julgada no âmbito administrativo-disciplinar;
- E) a penalidade de demissão deve ser cassada, considerando que toda sentença absolutória penal repercute na esfera administrativo-disciplinar, ainda que o fundamento seja a ausência de provas.

4.) Relativamente aos crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), é correto afirmar que:

- A) constitui crime de abuso de autoridade o cumprimento de mandado de busca domiciliar após as 21h;
- B) constitui efeito da condenação a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de seis anos;
- C) a ação penal será pública condicionada à representação do ofendido ou de quem legalmente o represente;
- D) a suspensão condicional da pena é vedada nos crimes de abuso de autoridade;
- E) constitui crime de abuso de autoridade o responsável pelas investigações divulgar a atribuição de culpa, após concluídas as apurações e formalizada a acusação.

5.) Consoante dispõe a Lei nº 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, é efeito não automático da condenação em relação aos crimes previstos na citada lei, condicionado à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade, devendo ser declarada, motivadamente na sentença,

- A) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- B) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo período de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses.
- C) a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 4 (quatro) anos, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
- D) a perda do cargo, do mandato ou da função pública, desde que precedido de processo administrativo disciplinar conduzido pela controladoria-geral do ente público a que pertencer o agente público.

E) a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz fixar na sentença o valor mínimo de vinte salários mínimos para reparação dos danos causados pela infração, independentemente dos prejuízos sofridos pelo ofendido.

6.) Acerca dos crimes hediondos, previstos na Lei nº 8.072/90, assinale a opção que apresenta modalidade delitiva não incluída como hedionda.

- A) Epidemia com resultado lesão corporal grave.
- B) Roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave.
- C) Falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.
- D) Extorsão mediante sequestro.
- E) Favorecimento da prostituição de criança, adolescente ou de vulnerável.

7.) Relativamente aos crimes previstos na Lei nº 8.072/1990, NÃO é considerado como crime hediondo ou equiparado o crime de:

- A) genocídio;
- B) estupro;
- C) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- D) constituição de milícia privada;
- E) falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

8.) José efetuou em 2022 um roubo no meio da rua, em menos de 1 minuto, utilizando-se de uma faca de cozinha para ameaçar a vítima. Na mesma ocasião, portava ilegalmente arma de fogo de uso proibido, que se encontrava fechada em sua mochila, mas esta arma não foi mostrada ou anunciado seu porte à vítima do roubo. Nos termos da Lei nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), é correto afirmar que

- A) José não praticou nenhum crime hediondo, já que a Lei nº 8.072/1990 somente abarca os crimes contra a vida, previstos no Título I, Capítulo I da Parte Especial do Código Penal.
- B) José praticou um crime não hediondo e um crime hediondo, já que o crime de roubo, mediante ameaça com faca, é enumerado na Lei nº 8.072/1990 como uma das espécies de crimes hediondos.
- C) José praticou duas modalidades de crimes hediondos, insuscetíveis de graça ou anistia, mas que admitem a fiança, por se tratar de crimes contra o patrimônio.
- D) José praticou duas modalidades de crimes hediondos, insuscetíveis de graça, anistia ou fiança.
- E) José praticou um crime não hediondo e um crime hediondo, já que o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso proibido é enumerado na Lei nº 8.072/1990 como uma das espécies de crimes hediondos.

9.) Acerca do crime de tortura, tipificado na Lei nº 9.455/97, assinale a afirmativa correta.

A) A tipicidade objetiva do crime de tortura exige a imposição de sofrimento físico, não se amoldando à hipótese de imposição de sofrimento psicológico.

B) A Lei nº 9.455/97 exige que o sujeito ativo seja agente público para caracterização do delito de tortura.

C) O tipo penal de tortura exige como especial fim de agir que a conduta do agente seja motivada por qualquer forma de discriminação.

D) Se a tortura resulta em lesão corporal de natureza grave ou se resulta na morte da vítima, aplicam-se, respectivamente, causas de aumento de 1/3 e 2/3 da pena.

E) As disposições da Lei nº 9.455/97 aplicam-se mesmo que o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Em relação à perda do cargo como efeito da sentença penal condenatória, a Constituição da República de 1988 estabeleceu, no Art. 125, § 4º, um sistema especial em que cabe ao Tribunal competente a decisão. No entanto, por força de tratados internacionais, uma lei especial confere competência ao juiz de direito, em primeiro grau, para decretar a perda do cargo do militar como efeito automático da condenação penal.

Trata-se da lei de:

A) Tortura (Lei nº 9.455/1997);

B) Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013);

C) Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019);

D) Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990);

E) Terrorismo (Lei nº 13.260/2016).

10.) Relativamente ao crime de tortura (Lei 9.455/97), é correto afirmar que a pena do crime é aumentada quando:

A) o crime é cometido contra agente público.

B) o crime é cometido por pessoa maior de sessenta anos.

C) o crime é cometido por agente público.

D) o crime é cometido durante o repouso noturno.

E) a pessoa que tinha o dever de evitá-las ou apurá-las se omite em face dessas condutas.

GABARITO

1.D 2.A 3.D 4.A 5.A 6.A 7.D 8.E 9.E 10.C